

## 130 anos da Politécnica

Pioneira no estudo da engenharia no Brasil, a Escola Politécnica está completando 130 anos, e as festividades começam a partir desta terça-feira, dia 2. A escola abriga, ainda, um museu com mil peças. *Última Página*

### Sucessão no SINTUFRJ

# Decisão vai para o 2º turno

A Chapa 2 (Conquistar + para a Categoria) e a Chapa 3 (A Vez da Base – Renovar para Lutar) vão decidir a eleição do SINTUFRJ na próxima semana – nos dias 9, 10 e 11 de dezembro. Elas foram as duas mais votadas nas eleições da semana passada: a Chapa 2 obteve 2.031 votos e a Chapa 3, 1.407 votos. A Chapa 1 (Ação Já, Participação, Organização e Formação) ficou na terceira posição com 1.083 votos. Total de votos: 4.848. Total de votos válidos: 4.521 (63 brancos, 264 nulos). A apuração começou às 15h30 e foi encerrada às 21h15.

*Páginas 4, 5 e encarte*



**MOVIMENTAÇÃO.** As urnas deixaram a sede do SINTUFRJ no início da tarde. O destino era o auditório do Quinhentão, onde se deu a apuração dos votos num clima de expectativa

## Chuvas castigam o Fundão

Tempestade derruba árvores, destelha prédios, inunda salas e vias e revela o estado precário dos prédios da universidade. Livros da biblioteca do Instituto de Matemática foram atingidos. *Página 7*

*Coppe discute carreira. Página 6*

*Sindicato faz esclarecimentos sobre o FGTS. Página 2*

*Saiba como vai ficar o desconto do PSS no 13º. Página 2*

# CAIXA ECONÔMICA RETOMA REATIVAÇÃO DAS CONTAS, RECONHECE A EXISTÊNCIA DE CONTAS VINCULADAS, PORÉM CONSEGUE MAIS PRAZO

O período eleitoral, com frequência, serve de espaço para que, de forma irresponsável, pessoas recorram a inverdades para a obtenção de vantagens eleitorais. Neste sentido fazem prosperar boatos para confundir a categoria, explorando de forma insensível as dificuldades financeiras que todos enfrentamos. É o que acontece, no momento, com o caso do FGTS. Por esta razão, fazemos os esclarecimentos a seguir.

Depois de paralisadas por um período em função da greve dos seus funcionários, a Caixa voltou a reativar as

contas do FGTS, cumprindo decisão judicial do processo movido pelo SINTUFRJ.

O fato novo que beneficia os trabalhadores é que a Caixa passou a reconhecer a existência de mais de uma conta vinculada na UFRJ (Coppe, Fundação José Bonifácio e NCE). Como o contingente de beneficiários da ação nesta condição é muito grande, a Caixa usou este argumento para conseguir na Justiça mais 60 dias para cumprir a reativação das contas atualizadas com os juros. Outra alegação da Caixa para convencer o juiz a dilatar o prazo foram as dificuldades encon-

tradas em muitas contas, onde o número do PIS apresenta problemas, bem como a greve que impossibilitou o cumprimento do prazo anteriormente estabelecido. A decisão da extensão do prazo começou a vigorar dia 24 de novembro, logo o novo prazo se encerra em 24 de janeiro.

Uma pergunta natural é: a Caixa pode pedir extensão de prazo indefinidamente? A Caixa Econômica pode. Porém, ao se identificar que esse pedido se caracteriza como uma medida protelatória, podemos entrar com recursos para impedir que seja conce-

tida. No caso desse último pedido da Caixa, o advogado responsável pelo processo não recorreu, pois o reconhecimento pela CEF de outras contas existentes na UFRJ é de interesse da categoria.

Funcionários do Hospital Universitário encaminharam à diretoria do SINTUFRJ algumas dúvidas sobre o andamento do processo do FGTS. No sentido de esclarecer estes companheiros e também o conjunto da categoria, informamos o seguinte: a liberação se dá quando a Caixa faz a digitalização dos nomes que estão na listagem do processo. À medida que é

feita a atualização da conta com os juros, se processa a digitalização e a conta é liberada. Por isso a liberação está sendo feita em lotes.

Sobre as multas que poderiam incidir sobre a Caixa, é importante esclarecer o seguinte: a multa determinada na primeira sentença tem um caráter punitivo para quando o sentenciado age de má-fé. Pelo entendimento do juiz, este não é o caso da CEF, que está cumprindo, morosamente, a ação. O Sindicato está atento às eventuais manobras protelatórias por parte da Caixa Econômica.

## Aposentados

No dia 13 de dezembro, às 12h, os aposentados do SINTUFRJ fazem a sua festa de confraternização. Endereço: Rua Urucun, 958, Rio da Prata, em Bangu. Cada participante contribuirá com R\$ 20. Confirmação até o dia 10 - 2401-2463 (Cristiano) ou 8806-5019 (Eliane).

**Desconto do PSS:**

### Área de pessoal espera devolução na terça

Consulta feita ao Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) na semana passada constatou que mais uma vez - apesar de todos os avisos do SINTUFRJ - o governo iria descontar o PSS sobre o 13º. Como resultado de ação movida pelo Sindicato, o PSS descontado do 13º deve ser devolvido em folha suplementar.

Segundo o superintendente da Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4), Roberto Gambine, as informações sobre a ação foram mandadas para Brasília, mas os técnicos erraram na confecção da folha. Com isso, a Reitoria entrou em contato com o Ministério para que fosse feita a devida correção (ou seja, não descontar o PSS do 13º). O Siape, por sua vez, se comprometeu a reprocessar a folha, corrigindo o erro.

Assim, a expectativa da PR-4 é de que o relatório da correção seja mandado nesta segunda-feira e o pagamento saia no dia seguinte. No entanto, até o fim da tarde de sexta-feira o Siape ainda não havia confirmado à PR-4 o envio do relatório corrigido.

A segunda parcela da gratificação natalina, ou 13º, sai com o salário de novembro que é pago no segundo dia útil de dezembro. A primeira parcela foi paga em julho.

## Nota de falecimento

O funcionário Nilo Correa Maciel foi assassinado e seu corpo foi encontrado próximo ao Alojamento na noite da última quinta-feira, dia 27. Pintor desde 1989 da Escola de Belas Artes - CLA, Nilo foi enterrado no sábado, às 10h, no cemitério de Irajá.



**Vigilantes:** encontro de confraternização no dia 5 de dezembro, às 16h, no Campo da Prefeitura

## Direitos humanos

Dia 3 de dezembro será lançado na PUC-Rio o Relatório Direitos Humanos no Brasil 2003. Publicado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, o documento aborda temas como trabalho escravo, crimes de latifúndio, violência contra os povos indígenas, transgênicos. O evento começará às 11h e terá a presença de João Pedro Stedile, da coordenação nacional do MST e do ministro Nilmário Miranda, entre outros.



**REFORMA DA PREVIDÊNCIA.** Senado aprova projeto do governo. Heloísa Helena vota contra

# Governo ganha mais uma

**A** reforma previdenciária do governo Lula, que atinge principalmente os servidores públicos, foi aprovada em primeiro turno, dia 26 de novembro, no Senado Federal. O texto aprovado foi o mesmo votado pela Câmara há dois meses. Foram 55 votos a favor e 25 contra. A única petista a votar contra, mesmo sob ameaça de expulsão, foi a senadora alagoana Heloísa Helena. Em discurso emocionado, a senadora afirmou que a reforma atende aos "gigolôs" do Fundo Monetário Internacional (FMI) e não contribui para a distribuição de riqueza do país. Chorando, Heloísa se disse frustrada por ter dedicado tanto tempo de sua vida ao PT, cuja cartilha hoje reza as metas do próprio governo FHC.

O acesso às galerias foi dificultado aos servidores, que se manifestaram entre vaia e protestos. O presidente Lula, por sua vez, comemorou a votação: "Estou com a alma lavada." Ele afirmou que a aprovação da reforma da Previdência é um importante sinal para o exterior. Para conseguir êxito na votação, o governo acionou sua máquina: ministros e governadores envolveram-se dias antes nas articulações para aprovar a proposta de reforma da Previdência (PEC 67). O próprio Lula envolveu-se nas negociações convencendo senadores ao telefone.

A PEC 67 estabelece a cobrança de contribuição previdenciária de 11% a servidores inativos e pensionistas que ganham mais de R\$ 1.200 (estados e municípios) e R\$ 1.440 (União). A proposta também acaba com a paridade para quem está hoje no serviço público e muda a concessão de novas pensões, estabelecendo um corte de 30% sobre o benefício que passar

## Como fica a aposentadoria dos servidores

● As regras valem para servidores federais, estaduais e municipais, aposentados e futuros servidores.

**Atuais servidores** - Somente terão aposentadoria integral (último salário) os que atingem as seguintes condições, cumulativas:

- a) 60 anos de idade (homem) e 55 anos (mulher);
- b) 35 anos de contribuição (homem) e 30 anos (mulher);
- c) 20 anos de efetivo exercício no serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo. Este aposentado terá uma espécie de "paridade parcial" com os ativos, com seus proventos recebendo apenas os reajustes gerais dados ao funcionalismo.

Quem quiser se aposentar antes de completar 60 ou 55 anos (homem e mulher) deve cumprir os outros requisitos e pagar um redutor de 3,5% para cada ano antecipado se pedir o benefício até 31 de dezembro de 2005, ou de 5% por ano a partir dessa data. A antecipação máxima é de sete anos. No entanto, o valor que servirá de base para a aposentadoria levará em consideração as contribuições previdenciárias efetivamente feitas, inclusive ao INSS (se trabalhou antes na iniciativa privada). Lei ordinária definirá como serão atualizadas essas contribuições. Nesse caso, o

aposentado perde a paridade ativo-inativo.

Quem já tem direito à aposentadoria proporcional ou integral poderá se aposentar com base na atual Emenda Constitucional nº 20/1998, que fixa idade de 53 anos (homem) e 48 anos (mulher), com exigências de tempo de contribuição e de serviço público. Se quiser continuar trabalhando, no dia em que for se aposentar poderá optar pelo valor a que teria direito na véspera da promulgação da atual reforma ou pela nova legislação. Se optar pelas condições da Emenda nº 20/1998, terá direitos adquiridos, inclusive sobre a paridade.

**Futuros servidores** - Quem entrar para o serviço público depois da reforma terá a aposentadoria paga pelo Estado, limitada a R\$ 2.400. Se quiser aumentar a renda na velhice, terá de contribuir para um fundo de previdência complementar dos servidores.

**Cobrança de inativos** - Será cobrada taxa previdenciária de 11% de todos os aposentados e pensionistas, mas incidindo apenas sobre a parcela que exceder a R\$ 1.200 (no caso de aposentado estadual/municipal) e R\$ 1.440 (federal). Os futuros servidores só pagarão a contribuição, quando se aposentarem, sobre o que exceder a R\$ 2.400 (no caso, sobre a aposentadoria complementar).

**Pensionistas** - Pagarão alíquota previ-

denciária (11%) sobre a parcela que exceder a R\$ 1.200 (estados) e R\$ 1.440 (União). As novas pensões serão integrais até R\$ 2.400, acrescidas de 70% do valor que superar este limite. Os valores que passarem dos R\$ 2.400 não terão mais a paridade ativo-inativo.

**Teto para todos** - Ninguém poderá receber no serviço público mais que ministro do Supremo Tribunal Federal (R\$ 17,1 mil). No entanto, haverá três subtetos nos estados e um em cada município. ■

**REBELDIA.** A senadora Heloísa Helena, do PT de Alagoas, como havia prometido, votou contra a reforma do governo. Ela corre risco de expulsão do partido. De acordo com a senadora, a reforma da Previdência, tal como foi aprovada, serve aos "gigolôs" do Fundo Monetário Internacional (FMI).

de R\$ 2.400. Votaram a favor da PEC: PT, PMDB, PL, PTB, PPS e PPB. Entidades recorrerão ao STF contra a reforma. ■



Fotos: Wilson Dias/ABr

**CAOS NA SAÚDE**

**CAOS NA SAÚDE**



**RANKING:** De todos os setores do funcionalismo, a tabela das Instituições Federais de Ensino é a que tem valores mais rebaixados.

# Coppe discute carreira

● O Plano de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) hoje descaracterizado nas universidades, o novo Plano de Cargo Único proposto pela Fasubra e as experiências já desenvolvidas na Coppe, assim como novas propostas de avaliação de desempenho, foram debatidos no 1º Congresso Interno da Coppe. Leonor Crispim, da gerência de Recursos Humanos da Coppe, lembrou que até 1987 o Plano de Classificação de Cargos (PCC) era o único no Serviço Público. A partir de então foi criado um específico para as universidades, escolas técnicas, agrotécnicas e colégios federais – o PUCRCE. Na época, com a proposta de modernização, trouxe também ganhos salariais mas que, decorridos 16 anos e ainda em vigência, e com a

supressão da possibilidade de ascensão funcional pela constituição de 1988, está resumido à progressão por tempo de serviço a cada quatro anos e por mérito, de dois em dois anos.

## Governo enrola

Um dos participantes do debate, Agnaldo Fernandes, integrante da executiva nacional da CUT e que foi coordenador-geral da Fasubra entre 2000 e 2001, fez um rápido histórico da luta pela implantação do Plano de Cargo Único (PCU). Ele disse que em 1994 a Federação consolidou uma proposta de plano de carreira com a concepção de um cargo único dos trabalhadores em Educação. Com o sucesso da greve de 2001, a Fasubra arrancou um acordo para a elaboração de um projeto

de lei que corrigisse as distorções da tabela, o que deu início à discussão do PCU. Grupo de trabalho com a participação do MEC avançou na proposta, mas no fim do mandato de FHC tudo parou. No governo Lula, nova tentativa. Mais frustração. Apesar do compromisso assumido pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, através de documento, o governo não honrou suas promessas. O governo disse que o PCU ia custar muito caro aos cofres públicos.

Agnaldo lembrou ainda que, de todos os setores do funcionalismo, a tabela das Instituições Federais de Ensino é a que tem valores mais rebaixados. “A boa notícia é que a gente vai ter que fazer uma grande mobilização. Para 2004, um dos centros é a luta pela Carreira.” ■



**REFLEXÃO.** “Chegou a hora de todos se sentarem à mesma mesa, independente do cargo, título ou função para avaliar a situação e propor mudanças para melhorar a instituição”, diz o texto de apresentação do congresso da Coppe.



Fotos: Niko Júnior

## O caso da Coppe

O tema é caro a todos os funcionários das Ifes, mas no caso dos funcionários da Coppe existe um agravante: no início da década de 90 eles chegaram a ter um plano local, com complementação salarial de agência de fomento à pesquisa. As conquistas foram perdidas no governo Collor, assim como os princípios de avaliação e estímulo ao desempenho que tal plano continha.

Na mesa sobre a experiência da Coppe e os desafios atuais, o professor Fernando Rochinha explicou como funciona a Comissão de Avaliação Docente local, os critérios que utiliza para classificação da produção docentes nos seis níveis. Eduardo Paiva, do programa de Engenharia Civil e representante dos técnicos-administrativos no Conselho Fiscal da Coppetec, abordou as experiências anteriores – a Comissão de Avaliação do Pessoal Técnico (CAT) e dos Administrativos (CAAD). Ele, que testemunhou o início da carreira na Coppe, relatou a importância do plano à época e apontou elementos que levaram a sua

diluição: para ele, os docentes são avaliados com critérios internacionais e inquestionáveis e “nós não somos avaliados por coisa alguma. A única avaliação que se faz é o tempo”.

A vice-diretora da Coppe, Marilita Braga, apresentou a proposta da diretoria para avaliação de desempenho. Esta começou a ser desenvolvida com base em uma pesquisa entre os funcionários, mas teve sua discussão interrompida porque a direção constatou que para que pudesse ser feita uma avaliação do corpo técnico-administrativo era necessário fornecer uma capacitação mínima. A vice-diretora colocou que espera que o grupo de trabalho formule sobre o tema propostas para finalizar o projeto.

Vinícius Carvalho, doutorando da Engenharia de Produção, informou sobre o projeto que desenvolveu para a Coppetec, no qual buscou a reestruturação organizacional e projetou um plano de cargos e salários comum a celetistas e estatutários com atribuições e remunerações diferenciadas. Mas o projeto estagnou.

## CONFRONTO

## Reitor não entrega fita a ministro

O reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira, disse que não entregará aos advogados do ministro-chefe da Casa Civil e homem forte do governo, José Dirceu, a fita com a palestra do economista e professor da USP, Francisco de Oliveira, proferida no Fórum de Ciência e Cultura da universidade. José Dirceu contratou advogados para processar o professor, que o teria



chamado de “safado” e “espartalhão” na referida palestra. Esses advogados solicitaram a fita com a fala de Francisco de Oliveira à Reitoria. O reitor invocou o conceito da “autonomia universitária” para negar o pedido. Francisco de Oliveira foi fundador do PT, mas discorda radicalmente da política econômica adotada por Lula no governo. Segundo Oliveira, o governo Lula é a continuação do governo Fernando Henrique Cardoso.



**ESTRAGO.** *Tempestade derruba árvores, destelha prédios, e revela o estado precário dos prédios*

# Chuva castiga UFRJ

Fotos: Niko Júnior

**Á**rvores arrancadas, prédios destelhados, vias inundadas. O temporal da tarde de terça-feira, 25 de novembro, provocou estragos em todo o *campus* do Fundão. No Instituto de Matemática, no CT, um cano estourou e a queda de um galho de árvore no telhado do prédio provocou enormes goteiras, com a água descendo do teto e molhando parte dos 16 mil livros da biblioteca do instituto. Cerca de 5 mil livros tiveram que ser submetidos a um processo de secagem: primeiro foram colocados em varais e depois desumidificados. Na Reitoria, no HU e no CT houve destelhamento. A chuva e o vento forte arrancaram muitas árvores e destelharam o prédio da Reitoria, que teve as salas do oitavo andar inundadas. O vento rompeu também a fixação da antena do pára-raio da Reitoria. Outro prédio atingido pela tempestade foi o do Instituto de Matemática, no qual um cano estourou e inundou a biblioteca.

## Chuva apressa mudança do Nesc

A situação do Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva (Nesc) piorou. "Pareceu que abriram uma torneira no teto do meu gabinete. Na sala da

chefe de Pessoal apareceu um rombo enorme. Tivemos que retirar equipamentos de todas as salas. No auditório mais moderno e equipado, desabou o teto. O prédio tremia; o barulho era ensurdecedor; caíram vários pedaços de reboco. Uma das chapas de concreto da fachada (para proteção contra o sol) caiu e espatifou a janela do laboratório de História da Medicina. Se tivesse alguém poderia se machucar. As salas foram evacuadas. Por volta das 18h30, os alunos do curso pré-vestibular do SINTUFRJ (que funciona numa das salas da unidade) saíram assustados. Nossa situação é insustentável", relatou o diretor Roberto Medronho. Ele lem-

brou que já havia 15 dias que o parecer técnico aconselhando a remoção do Nesc da perna-seca foi emitido, e que a situação da unidade só se agravava, com aumento da apreensão de funcionários e docentes.

No dia 27 à tarde, como decisão do Conselho Deliberativo (em que todos os funcionários e professores têm direito a voz e voto), a equipe do Nesc foi à Reitoria pedir uma solução. O reitor garantiu ao grupo que bateria o martelo sobre a questão ainda naquele dia. Mais tarde, em reunião do reitor com a Prefeitura e representantes da decania, ficou definida a transferência do Nesc para o ETU e salas da antiga SR-5. ■



**NA BIBLIOTECA.** Centenas de livros da biblioteca do Instituto de Matemática foram atingidos pelas águas



**LIVROS.** Bibliotecária Samanta recuperando o acervo. Cerca de 5 mil livros foram colocados em varais para secar



**PERIGO.** Árvore derrubada pelos ventos atingiu carros estacionados na Faculdade de Letras



**VENTANIA.** Violência da ventania derrubou a banca de jornais no CT

**INUNDAÇÕES.** As ruas do Fundão se transformaram em rios





A história da Escola Politécnica é centro de referência e se confunde com a história da engenharia no Brasil

# 130 anos de engenharia

● Primeira escola de engenharia das Américas e terceira mais antiga do mundo, a Escola Politécnica da UFRJ deu início à celebração dos seus 130 anos. As comemorações começam nesta terça-feira, dia 2, com um encontro de ex-alunos, e se estendem até dia 17 de dezembro de 2004, quando haverá um show de encerramento das festividades.

A história da escola se confunde com a história da engenharia no Brasil. Originada da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, fundada em 1792, a Escola Politécnica é hoje uma das principais instituições de desenvolvimento de conhecimentos na área de en-



de engenharia passou a ser exclusivo para a formação de militares. Esse privilégio acabou em 25 de abril de 1874, quando foi criada a Escola Politécnica, que desvinculou a engenharia da área militar e deu início ao primeiro curso de engenharia civil do Brasil", afirmou Cláudia do Rosário Vaz Morgado, diretora-adjunta de administração de pessoal da Escola Politécnica. Ao longo dos anos a escola também recebeu o nome de Escola Nacional de Engenharia, em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, e

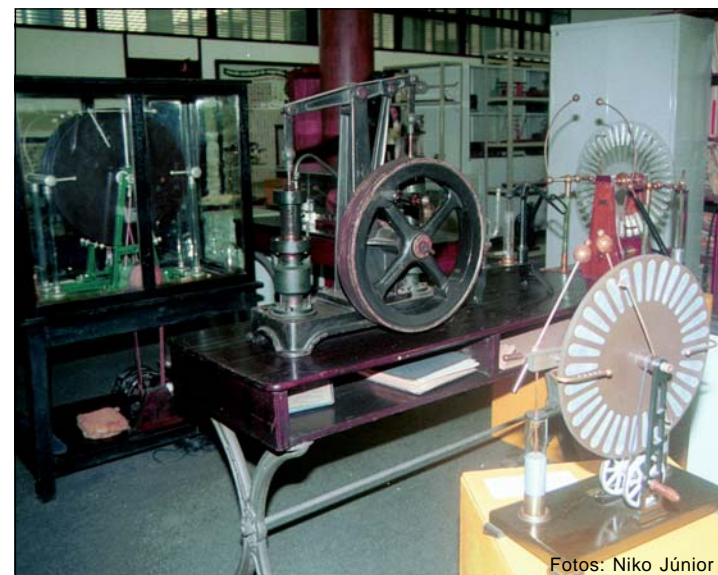
de Escola de Engenharia em 1965.

A volta da denominação Escola Politécnica foi aprovada pelo Consuni este ano. A mudança foi pedida em 1999 e, segundo Cláudia Morgado, é fundamental para resgatar o espírito da escola. "Hoje, quando retomamos o nome, queremos retomar o espírito da escola. Queremos retomar nos alunos o compromisso de enriquecer o país não só de forma econômica, mas de construir conhecimentos", disse a diretora-adjunta. ■

**ACERVO.** O Museu da Escola Politécnica, dirigido por Rosana Barreto (acima), tem mais de mil peças. Cláudia Morgado (ao lado) reclama da falta de verbas. Abaixo, uma máquina eletrostática, uma das peças do museu.



nharia do país. "No início, o estudo formal de engenharia no Brasil foi voltado para a área militar, apesar de se aceitar civis na Real Academia de Artilharia. Com a criação, em 1810, da Real Academia Militar, o estudo



Fotos: Niko Júnior

## Escola oferece 12 habilitações

A Escola Politécnica oferece atualmente 11,83% da oferta de vagas de graduação do vestibular da UFRJ. São doze habilitações, incluindo quatro novas criadas este ano: Engenharia de Petróleo, Engenharia Ambiental, Engenharia de Computação e Informação e Engenharia de Controle e Automação. Como toda a UFRJ, a escola sofre com dificuldades financeiras, que geram problemas de infra-estrutura. Desde 1996 que a Escola Politécnica não recebe novos computadores da Reitoria, segundo informou Cláudia Morgado. Além disso, a descontinuidade no recebimento de recursos cria dificuldades de manutenção dos equipamentos existentes. Um outro problema foi criado pela reforma da Previdência. Vários professores anteciparam suas aposentadorias, o que aumentou a carência do quadro docente. "Tivemos que fazer, às pressas, um remanejamento para poder atender ao curso de Ênfase de Construção Civil, pois vários professores anteciparam suas aposentadorias", afirmou Cláudia.



## Museu de preciosidades

Inaugurado em 1977, o Museu da Escola Politécnica é dono de um acervo de mais de mil peças que contam a história do desenvolvimento da engenharia no Brasil. Estão expostos documentos que registram a vida acadêmica da instituição desde 1810, quadros dos ex-alunos ilustres como Paulo de Frontin e André Rebouças (primeiro engenheiro negro do Brasil), fotos e mobílias das primeiras salas de aula. Porém, o que chama mais atenção são os antigos instrumentos usados nos laboratórios. O visitante pode ver desde máquinas eletrostáticas até reproduções das primeiras radiografias feitas na América. Para Rosana Barreto, responsável pelo museu há 26 anos, é extremamente importante que se preserve esse acervo. "É necessário para que os alunos vejam como eram os aparelhos antes e como são hoje. É interessante fazer essa comparação." Rosana afirma

que o museu é pouco visitado pelos estudantes da graduação. "Eu gostaria que o museu fosse mais reconhecido, que mais alunos da escola viessem conhecê-lo", concluiu Rosana.